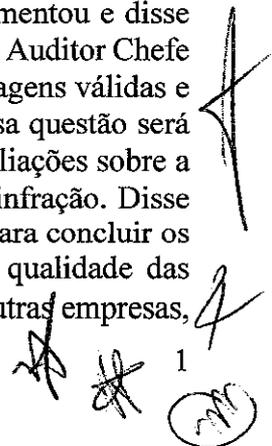


DNIT

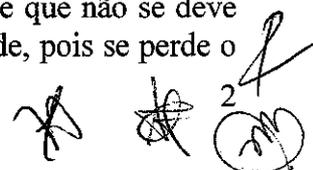
ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, com o início às dez horas e trinta e um minutos, realizou-se a Nonagésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes/MT, 5º andar, sob a Presidência da Senhora Natália Marcassa de Souza – Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta do Livro de Presença: Valter Casimiro Silveira – Diretor Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Pablo Fonseca Pereira dos Santos – Subsecretário de Regulação e Infraestrutura da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda/MF. Compareceram como convidados os Senhores Gustavo Adolfo Andrade de Sá – Diretor Executivo do DNIT; Luiz Augusto dos Santos – Auditor Chefe do DNIT; e Alexandre Quaresma Inácio Silveira – Coordenador-Geral de Modernização e Informática. Antes do início da pauta a ser deliberada, a Presidente apresentou aos presentes a nova Secretária do Conselho de Administração do DNIT – CONSAD/DNIT, Senhora Marcela Braz do Couto, que se colocou à disposição e a quem foi dada as boas-vindas por todos os membros. O Senhor Valter Casimiro complementou, informando que a Senhora Marcela também é Secretária da Diretoria Colegiada da Autarquia. Em seguida, o Senhor Herbert Drummond disse que ter uma mesma pessoa responsável pelos órgãos colegiados de uma mesma instituição é comum em outros órgãos, sendo uma boa prática de gestão. Considerou que tal medida otimiza a utilização de recursos e da estrutura já existentes, além de prover memória institucional dos assuntos ali deliberados. Aproveitou, inclusive, para sugerir que as próximas reuniões ocorram nas instalações do próprio DNIT, proposta esta que foi acatada por todos os presentes. Passando à ordem do dia, a Presidente declarou aberta a sessão, e o Conselho de Administração passou a examinar as matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1 – Leitura, votação e aprovação da Ata da 94ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que diz respeito ao **Item 2 – Leitura, votação e aprovação da Ata da 12ª Reunião Extraordinária do CONSAD/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Em se tratando do **Item 3 – Relatório Preliminar de Auditoria Especial nº. 22/2015/AUDINT/DNIT – Memorando nº. 926/2015 – AUDINT/DNIT**, o Senhor Valter informou que o relatório em tela foi solicitado em função de inconsistências no relatório apresentado pela Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT/DIR, no que diz respeito ao controle das multas por parte do DNIT e sobre o seu processamento. Afirmou que, inicialmente, o escopo era restrito ao prazo de processamento das multas. A Presidente, tomando a palavra, complementou afirmando que no relatório apresentado a quantidade de fotos válidas, registradas pelos equipamentos, ou seja, aquelas que permitem uma clara visualização da placa do veículo, era de apenas 35% (trinta e cinco por cento), um número muito pequeno com relação à quantidade total de imagens registradas, mas acrescentou que o valor a ser pago no contrato não é por imagem. O Senhor Valter complementou e disse que o pagamento é feito por equipamento. O Senhor Drummond perguntou ao Auditor Chefe do DNIT o motivo pelo qual há uma grande diferença entre o número de imagens válidas e não válidas, ao que o Senhor Luiz Augusto explicou que a resposta para essa questão será contemplada na segunda fase do Relatório de Auditoria, que apresentará avaliações sobre a coleta de imagens, além de dados que serão analisados a partir do auto de infração. Disse ainda que a Auditoria está aguardando a manifestação da área responsável para concluir os trabalhos, a qual ainda está dentro do prazo estipulado. Ainda acerca da qualidade das imagens, a Presidente afirmou que existe, no mesmo tipo de contrato com outras empresas,



1

variação na quantidade e qualidade de imagens válidas, mas que os equipamentos são os mesmos, e externou preocupação com a proximidade do vencimento do contrato, que ocorrerá no dia 30 de dezembro de 2015. O Senhor Herbert Drummond disse que é necessário se estabelecer prazos mais longos para esse tipo de contrato. A Presidente complementou dizendo que é indispensável os cronogramas para cumprimento das atividades nesses tipos de contrato, além de outros pontos que contribuem para a consecução de seus objetos no tempo previsto. O Senhor Valter Casimiro disse que o prazo de 05 (cinco) anos é estabelecido devido à legislação em vigor. Em complemento, o Senhor Gustavo Adolfo acrescentou que a energização desses equipamentos depende das companhias de energia, o que é um processo demorado. O Senhor Gustavo sugeriu convencionar, para esse tipo de contrato, prazos de 01 (um) ano para mobilização e mais 01 (um) ano para desmobilização, excetuando-se o prazo de execução contratual. O Senhor Valter afirmou que o DNIT questionou o Tribunal de Contas da União – TCU sobre a possibilidade de se estabelecer um período de transição entre o encerramento dos contratos vigentes e o firmamento do novo contrato. Nesse ínterim, o Senhor Herbert Drummond disse que seria uma boa ideia, além de uma boa prática administrativa realizar essa transição, no entanto, asseverou ser necessário saber se é possível. O Senhor Valter, então, comprometeu-se em trazer essa resposta, além de apresentar um cronograma com relação ao que deverá ser feito quanto aos contratos de equipamentos de controle de velocidade nas rodovias federais. Dando prosseguimento, a Presidente perguntou sobre o edital para a nova contratação, se já foi publicado. O Senhor Valter respondeu que foi aprovado pela Diretoria Colegiada do DNIT e publicado o chamamento para a audiência pública, tendo em vista a questão do valor ultrapassar os dois bilhões de reais. A Senhora Natália Marcassa perguntou sobre o Termo de Referência, se já está pronto, disse que é necessário que o Conselho o conheça e analise, visto que o TCU fez vários apontamentos com relação ao contrato vigente, portanto, ressaltou a importância da cautela na nova contratação. Nesse momento, o Conselheiro Pablo dos Santos perguntou se havia cópia desse acórdão do TCU no material exposto, ao que o Senhor Luiz Augusto respondeu que está citado no resumo distribuído junto à pauta. Nesse momento, o Senhor Pablo solicitou o envio da cópia do acórdão para que pudessem estudar o assunto. O Senhor Drummond sugeriu, então, que fosse indicado um relator para apresentar esse assunto, nos moldes de outros órgãos colegiados, além de outros assuntos que tramitem pelo Conselho, preferencialmente o que melhor dominar a matéria, para apresentá-la aos membros. Solicitou que o Diretor Geral do DNIT apresentasse um relato sobre o edital e o detalhamento do novo contrato relativos aos equipamentos de controle de velocidade e sobre o processamento das multas. Retomando a pauta, a Presidente solicitou ao Auditor Chefe que procedesse à apresentação do material em pauta. O Auditor explanou sobre o Sumário Executivo do Relatório Preliminar de Auditoria, apresentou o assunto de modo sintético, relacionou as constatações, recomendações e informações de auditoria destinadas, em sua maioria, à Coordenação Geral de Operações Rodoviárias – CGPERT/DIR, e o prazo para cumprimento das solicitações de auditoria feitas a esta área. Também expôs duas planilhas contendo dados relativos a Notificações de Penalidade por excesso de velocidade e por excesso de peso. Concluindo, falou sobre a análise preliminar realizada pela Auditoria Interna do DNIT com relação aos dados já obtidos sobre o assunto, material este que se encontra anexado a essa Ata. Posteriormente, a Presidente questionou sobre o valor pago pelo DNIT para consultar o Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, ao que o Senhor Luiz Augusto respondeu que a Autarquia não tem acesso ao RENAVAM, somente ao Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF. Depois, a Senhora Natália perguntou sobre o contrato com os Correios. O Senhor Valter informou que foi renovado a partir de 31 de agosto de 2015, o que possibilitará o encaminhamento das notificações que estavam paradas e, parte delas, poderão prescrever até 31 de janeiro de 2016, se não forem enviadas e recebidas pelos usuários. A Presidente solicitou um detalhamento, mês a mês, das notificações que poderão prescrever, disse que não se deve demorar tanto tempo para que seja promovida a notificação de penalidade, pois se perde o



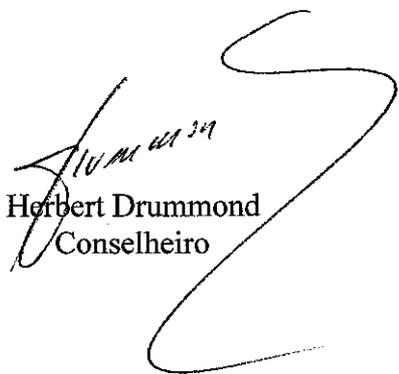
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature on the right and several smaller initials or marks below it.

efeito desejado. Asseverou ainda que é necessário haver um plano para se evitar que tais notificações prescrevam, pois, conforme os dados apresentados, são mais de 680.000 (seiscentas e oitenta mil) autuações. Em seguida, iniciou-se discussão sobre a questão do excesso de peso nas rodovias. A Presidente mencionou decisão judicial que impede que as balanças para pesagem de veículos, instaladas nas rodovias federais, sejam operadas por mão de obra terceirizada. A título de esclarecimento, o Senhor Valter disse que, no momento, as balanças estão desativadas por não haver quantitativo de servidores públicos suficiente para atuarem na fiscalização. A Presidente ponderou que o entendimento dessa decisão pode ser distinto do que vem sendo praticado no DNIT, disse que é necessário haver, ao menos, um servidor responsável pela operação e pelos procedimentos de fiscalização, sendo o gestor das atividades nas balanças, mas que a execução do trabalho não precisaria inteiramente ser cumprida por servidores. O Senhor Valter disse que sugeriu à Diretoria de Infraestrutura Rodoviária que procedesse a operação das balanças por amostragem para que essa atividade não permanecesse totalmente paralisada em virtude da decisão judicial. No entanto, ressaltou que, mesmo havendo uma ação nesse sentido, as balanças estão há muito tempo sem manutenção. A Presidente perguntou se há contrato para essa manutenção, ao que o Senhor Valter respondeu que o contrato que existia incluía o fornecimento de pessoal terceirizado e a manutenção dos equipamentos. Disse que, no momento, estão trabalhando na implantação dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização – PIAF, que contariam com um servidor, que seria o fiscal responsável, e uma central de controle de onde seriam emitidas as multas. A Senhora Natália recomendou, assim, ao Diretor Geral do DNIT que estabelecesse contato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em sua área de multas, para trocar informações e buscar cooperação nessa área. Com relação à terceirização dos serviços de operação e fiscalização nas balanças, a Presidente reforçou que o problema não é a utilização de mão de obra terceirizada, contanto que haja um servidor para se responsabilizar pela equipe que opera as balanças e afirmou que a questão do peso dos veículos precisa ser tratada com atenção, não é possível manter as balanças sem operação. Manifestando sua preocupação, o Senhor Herbert asseverou que o modo de solucionar a questão é estabelecer um plano de ação e apresentá-lo ao Governo, independentemente do valor do investimento a ser feito e aguardar a decisão superior para executá-lo ou não, recomendação com a qual a Presidente aquiesceu. Passando ao próximo item da pauta - **Item 4 – Apresentação trimestral das ações da Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI/DAF**, O Coordenador Geral desta área do DNIT, Senhor Alexandre Silveira, realizou brevemente uma exposição com os seguintes tópicos: Acórdãos do TCU; Diagnóstico da CGMI; Ações realizadas no último trimestre; Análise das Ações executadas e Ações Planejadas; *Data Center* do DNIT. O Senhor Alexandre falou sobre as recomendações apresentadas nos Acórdãos do TCU e para cumprimento pelo DNIT, cujo prazo expira em 2016. Também expôs um diagnóstico resumido da atual situação da CGMI, afirmando serem necessárias uma maior aproximação com o cliente e uma melhoria no quadro de pessoal. Além disso, apontou falhas, tais como: sistemas internos sem a devida documentação e sem pessoal para manutenção, sistemas que não se comunicam, parque tecnológico ultrapassado, capacidade de armazenamento de dados quase no limite, e política de capacitação inadequada. O Senhor Herbert interveio e questionou ao palestrante se não haveria algum dado positivo a ser apresentado, visto que os pontos do diagnóstico demonstram apenas o que há de negativo na Coordenação, ao que o Senhor Alexandre respondeu dizendo que existem sim pontos positivos em sua área, como o sucesso nas migrações de sistemas do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO para o DNIT, tais como os sistemas relativos à Diretoria de Administração e Finanças – DAF, à Procuradoria Federal Especializada – PFE, à Ouvidoria, à plataforma *moodle*, ao Sistema de Informações Contratuais, e ao Sistema de Consulta dos Servidores, do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, além de outras ações como a implantação do novo Sistema de Gestão Financeira – SGF. Acrescentou que estão sendo solucionados problemas de implantação relativos ao SIPROD – Gestão de Convênios e ao Sistema de

Gestão de Pessoal Terceirizado – SRP, e à publicação da Instrução de Serviço do Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC e do modelo de desenvolvimento de *software*. E afirmou que os servidores e funcionários da equipe da Coordenação Geral são bastante motivados e têm contribuído muito na busca de soluções para os problemas enfrentados na área de TI do DNIT. Continuou, dizendo que estão sendo divulgadas cartilhas de dicas de segurança para os usuários da rede da Autarquia e que será feita uma fiscalização acerca dos sites mais acessados, a fim de otimizar e controlar a utilização por meio de boas práticas. Os Conselheiros tomaram conhecimento da situação da CGMI e de suas ações durante o período, então, a Presidente disse que continuarão acompanhando os trabalhos da Coordenação, mas que é necessário que os gestores responsáveis tomem as providências cabíveis para resolver os pontos negativos apontados pelo Senhor Alexandre, com ações de cunho interno. Por fim, em relação ao **Item 5 – Assuntos Gerais**, o Senhor Herbert pontuou ser imperioso que as reuniões do Conselho de Administração fossem utilizadas para promover um conhecimento mais aprofundado sobre as diferentes áreas do DNIT, asseverou que é importante haver apresentações sobre as Diretorias e sua atuação, de modo que os Conselheiros apreendam melhor o funcionamento da Autarquia. Comprometeu-se em elaborar uma relação de assuntos para serem pautados e apresentados nas reuniões do Conselho. Os membros concordaram com a proposição. A Presidente ressaltou ainda a necessidade de se tratar dos impactos do ajuste fiscal e da situação de restrição orçamentária nas obras. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às doze horas e catorze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pela Senhora Presidente e pelos demais Conselheiros.-----



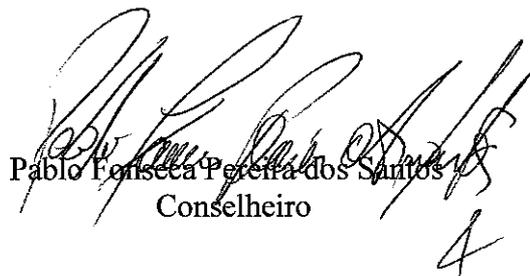
Natália Marcassa de Souza
Presidente



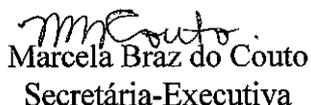
Herbert Drummond
Conselheiro



Valter Castanho Silveira
Conselheiro



Pablo Fonseca Pereira dos Santos
Conselheiro



Marcela Braz do Couto
Secretária-Executiva